

## Histórico da Comissão de Memória

---



Desembargador Arquilau de Castro Melo

Durante a administração do Exmo. Desembargador *Arquilau de Castro Melo* (Biênio 2009-2011), instituiu-se uma comissão para fins de levantamento da história da Justiça Eleitoral do Acre. Na ocasião também se vislumbrou a destinação de um espaço no tribunal dedicado a exposições, repertório de pesquisa e valorização da memória institucional.

Conhecido por no meio jurídico acreano como “SEMEADOR DE MUSEUS”, expressão cunhada pelo saudoso Desembargador *Jorge Araken Faria da Silva* (1936-2020) a quem lhe atribuía a grandeza de um espírito obstinado no resgate da história da justiça acreana, foi quem deu as condições para uma ousada mudança de paradigma: fazer da memória material indispensável à construção da identidade institucional do Tribunal.

Era preciso, portanto, lançar várias frentes de trabalho no campo da pesquisa, catalogação, restauro, bem como reservar um espaço museal para futuras exposições e pesquisa, obedecendo às regras de acessibilidade e segurança. Para tanto, era preciso instituir uma comissão de servidores buscar nas mais variadas fontes (instituições públicas e privadas, historiadores, comunidade) com o fim de reunir o máximo de informações possíveis sobre a Justiça Eleitoral do Acre, que se encontrava dispersas.

Desafio lançado. Trabalho em campo.

Era preciso preencher lacunas.

Era preciso lançar luz sobre fatos desconhecidos.

Partiu-se, então, dos ensinamentos do saudoso Desembargador *Jorge Araken Faria da Silva*, quando da Conferência proferida na Cidade de Cruzeiro do Sul/AC, por ocasião do **III Encontro de Juízes e Promotores Eleitorais do Estado Acre**, realizado de 31 de agosto a 1º de setembro de 2000, que asseverou a importância de se resgatar o passado da Justiça Eleitoral, *in verbis*:

*“Que esta humilde Conferência, a exemplo da semente de AVELLANEDA, se transforme em férteis colheitas, e os Senhores se interessem cada vez mais pelo passado da Justiça do Acre”.*

Registrou ele, naquela ocasião, que o Acre tivera um tribunal para feitos eleitorais na década de trinta, enquanto o Acre ainda era território federal. Esse fato era desconhecido da maioria da comunidade acadêmica. Insistia ele, que era preciso pesquisar. Onde havia parado os arquivos deste tribunal era um questionamento instigante.



Desembargador Jorge Araken Faria da Silva

Foi exatamente o que a comissão fez, buscando nos arquivos do Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) da Universidade Federal do Acre (UFAC).

As pesquisas, entretanto, não trouxeram respostas, havia um aspecto nebuloso neste particular. Afinal, a única notícia sobre o este tribunal eram as lembranças do saudoso Doutor **Paulo de Menezes Bentes**, fundador da Academia Acreana de Letras e que atuara naquela corte eleitoral como Procurador Regional Eleitoral.

Contudo, duas servidoras da comissão (*Maria Verônica da Costa e Aieza dos Santos Bandeira*) não se deram por vencidas e numa manhã ensolarada, analisando os jornais antigos arquivados no Museu da Borracha, estava lá alguns registros desse tribunal que funcionara no Acre. Era como um sopro de esperança. Realmente o Tribunal existiu. E lá estavam as notas oficiais, as correspondências e principalmente os elatos da satisfação dos acreanos em finalmente terem uma justiça eleitoral genuinamente acreana.

Era preciso reunir toda aquela infinidade de informações, ressurgia aos olhos dos acreanos a notícia que o Acre, ainda território, possuiu um Tribunal de Justiça Eleitoral que realizou eleições, inclusive de dois constituintes: o **Desembargador Alberto Augusto Diniz** e **José Thomaz da Cunha Vasconcelos**.

Essa descoberta e outras tantas foram devidamente reunidas e resultaram em duas revistas:

- Justiça Eleitoral do Acre: As eleições nas terras de Galvez e Plácido de Castro
- Justiça Eleitoral do Acre: Democracia, Autonomia e Repressão

O trabalho, porém, foi além, registrou-se depoimentos de figuras eminentes que fizeram parte da história da Justiça Eleitoral. Neste material ficou a história contada pelas próprias personagens. Trabalho que tem riquíssimos detalhes do cotidiano daqueles que ajudaram construir essa justiça especializada.



Mobiliário da primeira Corte Eleitoral

A comissão teve a oportunidade de não somente registrar as histórias por eles narradas, mas também ingressar num espaço muito particular de grandezã humana revelada pela insofismável desejo de prestar um bom serviço.

Resgatou-se o mobiliário do primeiro plenário do tribunal e tantos outros documentos importantes para compor o acervo daquele que iria se chamar Espaço Memória da Justiça Eleitoral do Acre, mormente um registro de candidato que tramitou no Tribunal de Justiça Eleitoral do Acre.

No dia **03 de fevereiro de 2011**, às 19h, foi inaugurado finalmente o *Espaço Memória da Justiça Eleitoral do Acre*, no local onde ficava um caixa eletrônico bancário e alguns poucos objetos expostos (regimentos internos, urnas eletrônica etc). O evento contou com considerável público, que prestigiou o evento com grande entusiasmo. Era o conagraçamento entre o passado e o presente, era preciso reverenciar a ancestralidade para se auto reconhecer como povo.



Espaço Memória da Justiça Eleitoral do Acre

A comissão de levantamento da história da Justiça Eleitoral do Acre fechava um ciclo com um ponto de continuação, uma vez que o trabalhos continuaram e para conhecer um pouco mais, convidamos o internauta a navegar nas páginas dedicadas à memória.

## A Comissão



Inauguração do Espaço Memória da Justiça Eleitoral